



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ALEXANDRO FURQUIM, PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – TRT9.

Pregão Eletrônico nº 90022/2025.

COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.181.242/0001-91, com sede na Rua Comendador Roseira, nº 352, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP 80.215-210, doravante denominada 'Recorrida' ou simplesmente 'COMPWIRE', comparece, respeitosamente, com fulcro no Item 12 e seguintes do Edital, por meio de seu representante legal ao final subscrito, para oferecer as presentes

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

movido pela L8 GROUP S.A, doravante denominada 'Recorrente' ou simplesmente 'L8 GROUP', em face da declaração de vencedora operada em favor da COMPWIRE no curso do Pregão Eletrônico nº 90022/2025, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I. Breve Síntese Processual:

1. O Edital de Pregão Eletrônico 90022/2025 tem como objeto o *“Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack”*.
2. Após a Sessão Pública de Pregão, a COMPWIRE apresentou a proposta mais vantajosa para o certame. Ato contínuo, apresentou toda a documentação de qualificação nos moldes exigidos pelo Edital, sagrando-se corretamente vencedora do Lote após sua habilitação.

3. Vale dizer que sua declaração de vencedora foi objeto, ainda, de diligências pretéritas para a comprovação de funcionalidades ora questionadas em Recurso Administrativo, que foram devidamente comprovadas e levaram à escoreita declaração de vencedora da ora Recorrida.

4. Não obstante, irresignada com o resultado, a licitante L8 GROUP S.A. manejou Recurso Administrativo, aduzindo o suposto não atendimento e ausência de comprovação das funcionalidades listadas nos itens 17.11.25, 17.13.1.6 a 17.13.1.8 e 17.13.8, do Termo de Referência do certame em voga.

5. Ocorre, no entanto, que as razões de recurso da L8 GROUP não merecem prospero, haja vista que a exigência de garantia e suporte técnico pelo fabricante restaram devidamente apresentados e supridos por parte da COMPWIRE, conforme passará a ser demonstrado.

II. Pleno atendimento aos requisitos de alta disponibilidade (Itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8) por parte da solução da Recorrida e da Arquitetura NAC Proposta (Single-Node com Arbitration Server):

6. Em suma, a Recorrente alega que a arquitetura ofertada (*single-node* com servidor de arbitragem) da solução apresentada pela COMPWIRE não atenderia ao requisito de “de Alta Disponibilidade”, “não interrupção dos serviços”. Tal alegação é tecnicamente incorreta e denota desconhecimento ou má-fé na análise da solução Huawei. Referidas arguições, entretanto, não merecem qualquer prospero.

7. Conforme descrito na proposta, a solução ofertada é composta por dois servidores idênticos, ambos dimensionados para suportar integralmente a solução instalada, garantindo desempenho e estabilidade. Além disso, inclui-se um terceiro servidor, de caráter arbitrário, cuja função é executar o switchover automático em caso de falhas, assegurando a continuidade operacional do ambiente.

8. Nesta configuração, os dois servidores, denominados primário e secundário, possuem a mesma configuração de hardware, os mesmos esquemas de serviço e demais componentes operacionais. Conforme estabelecido na documentação, essa solução fornece sincronização em tempo real das bases de dados entre o site primário e o secundário.

9. Em caso de falhas, o nó arbitrário atua imediatamente para que os serviços sejam automaticamente chaveados para o servidor secundário, garantindo a continuidade da operação e, consequentemente, o restabelecimento dos serviços do iMaster NCE-Campus. Veja-se¹:

Table 1 HA solutions for a DR system

Protection Solution	Description
Active/standby switchover	Two copies of iMaster NCE-Campus with the same hardware configurations, service schemes, and other configurations are deployed at the primary and secondary sites, respectively. Data in each database at the primary site is synchronized to the secondary site in real time based on the corresponding synchronization policy. If the primary site fails, users can immediately manually start the secondary site or the arbitration service automatically starts the secondary site to quickly restore iMaster NCE-Campus services.

10. De acordo com o descrito na solução de alta disponibilidade, no caso de hardware com proteção de redundância, os serviços são automaticamente chaveados para o site que permanece em operação normal, assegurando o desempenho contínuo e sem interrupção do sistema operacional do iMaster NCE-Campus e de seus serviços de aplicação.

11. Ainda, a proteção de redundância de hardware e dados oferece chaveamento instantâneo sem detecção pela camada de aplicação, conforme descrito em documentação também apresentada²:

Table 1 Hardware HA protection solutions

Protection Type	Protection Solution
Hardware redundancy/Data protection	Server: Power modules and fans work in redundancy mode, NICs work in 1+1 bonding protection mode, the disk cache is disabled, and RAID card cache with battery backup unit (BBU) for power-off protection is supported. <u>Hardware redundancy protection enables instant switchover, which is not detected by the application layer.</u>

12. Por fim, importante que a documentação acerca da solução apresentada pela Recorrente afirma explicitamente *“The switchover does not affect services”*, ou seja, o que reforça que, em caso de falhas no nó primário, a operação dos serviços é mantida, havendo chaveamento automático para a base de dados do servidor secundário.

¹ Disponível em <https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001205751626>

² Disponível em <https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001250271601>

13. Diante disso, em que pese as alegações da Recorrente, não há o que se falar em não atendimento da solução da COMPWIRE ao requisito de alta disponibilidade, de forma que as razões de recurso da L8 GROUP nesse sentido devem ser rejeitadas.

14. Para além disso, a Recorrente alega suposta falhas técnicas da Arquitetura proposta. De acordo a L8 GROUP, a arquitetura Huawei iMaster NCE-Campus, no contexto apresentado, é classificada como modo single-node pelo fabricante. Todavia, procura, de forma capciosa, associar essa denominação à ideia de ausência de alta disponibilidade ou de existência de um único ponto de falha, bem como tenta induzir o entendimento de que o TR exigiria necessariamente uma arquitetura de cluster em modo ativo/ativo, conforme trecho da manifestação abaixo reprisado:

“Por natureza, uma solução Single-Node significa que todos os serviços e componentes críticos (servidor de aplicação, banco de dados) estão em uma única instância física ou virtual. Se essa única instância falhar, não há outro componente para assumir I-M-E-D-I-A-T-A-M-E-N-T-E.”

15. Ocorre que a afirmação está incorreta, visto que a solução possui **todas os serviços e componentes replicados em servidor secundário, que em caso de falhas, assume totalmente a operação**. Conforme já apresentado anteriormente, há uma sincronização entre os servidores primário e secundário, garantindo a disponibilidade operacional a partir de uma troca automática.

16. Nesse sentido, importa destacar que a interpretação levantada pela Recorrente não encontra respaldo no Termo de Referência, tão menos na documentação técnica da solução, uma vez que:

1. O TR não exige uma arquitetura ativo/ativo;
2. O que o TR exige é a não interrupção dos serviços, em caso de falha, e a capacidade de que o outro componente assuma todas as operações e funcionalidades;
3. A recorrente tenta vincular, indevidamente, o conceito de “não interrupção dos serviços” à obrigatoriedade de uma arquitetura ativo/ativo, quando, tecnicamente, existem diversas formas de garantir a não interrupção, incluindo arquiteturas de alta disponibilidade em modo active/standby com nó árbitro, como a ofertada.

17. Ou seja, ainda que o modo de implantação seja classificado como single-node pelo fabricante, a solução não se resume a um único servidor isolado: há dois servidores com a solução instalada, sincronização em tempo real e um nó de arbitragem garantindo o switchover automático, conforme descrito no item anterior.

18. Logo, a tentativa da recorrente de associar “single-node” à ausência de HA ou à violação do item 17.13.1.8 configura interpretação distorcida, descolada tanto do texto do TR quanto do funcionamento efetivo da solução.

19. Por fim, a Recorrente argue uma suposta ausência de comprovação de não interrupção dos serviços da solução ofertada. Entretanto, mais uma vez a recorrente baseia suas alegações em trechos desconexos de documentação. Ademais, ignora a afirmação explícita – que já foi reiterada - do próprio fabricante da solução a ser fornecida pela Recorrida no sentido de “*The switchover does not affect services*”, ou seja, o que reforça que, em caso de falhas no nó primário, a operação dos serviços é mantida, havendo chaveamento automático para a base de dados do servidor secundário.

20. Para que não restem dúvidas, o referido trecho citado na documentação apresentado pela Recorrida confirma manifestamente que:

1. O failover é automático;
2. Não há interrupção de serviços;
3. O comportamento atende exatamente ao item 17.13.1.8, que exige continuidade operacional sem impacto.

21. Outrossim, ao interpretar o seguinte trecho “... Process restart: Process status is monitored in real time. If a process is stopped or faulty, iMaster NCE-Campus attempts to restart the process...” da documentação da Recorrida, a Recorrente faz uso desse trecho de forma conveniente e equivocada, interpretando o mecanismo de *process restart* como se fosse evidência de interrupção no processo de *failover*.

22. Entretanto, deixa de levar em consideração – a seu bel prazer, frisa-se – que o *Process restart* se refere a mecanismos internos de autorrecuperação de processos, e não ao failover entre nós, bem como se trata de um recurso complementar de resiliência, e não substitui nem interfere no mecanismo de alta disponibilidade entre servidores.

23. Assim, a argumentação de que haveria *downtime* no *failover* não se sustenta, pois contradita diretamente o fabricante da solução.

24. Para além disso, a Recorrente ainda alega que haveria “preço inferior por simplificação”, o que também não procede. Isso porque:

1. A solução ofertada não é simplificada;

2. Não há qualquer requisito no edital que exija arquiteturas específicas como “minimum cluster”, “distributed cluster” ou “multi-cluster”;
3. A arquitetura ofertada está dentro das opções suportadas pelo fabricante e atende todos os requisitos funcionais e de alta disponibilidade exigidos;
4. O edital exige dois appliances redundantes com failover sem interrupção, o que já é plenamente atendido pela solução apresentada.

1. Não há, portanto, qualquer desequilíbrio competitivo, mas sim interpretação distorcida por parte da Recorrente, que tenta restringir indevidamente o escopo de soluções aceitas para o NAC, de modo que a solução ofertada pela Recorrida atende integralmente aos requisitos de alta disponibilidade, dispostos nos Itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8, bem como da Arquitetura NAC Proposta (Single-Node com Arbitration Server).

III. PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE iMASTER NCE-CAMPUS/CAMPUSINSIGHT DA SOLUÇÃO DA RECORRIDA AO ITEM “17.11.25” DO EDITAL:

25. A recorrente apresenta extensa argumentação afirmando que a solução Huawei iMaster NCE-Campus/CampusInsight não atenderia ao item 17.11.25 do edital, que dispõe que a solução de gerenciamento de rede deve medir a experiência do usuário e permitir a instalação de hardware ou software em pontos da rede definidos pela Administração:

“17.11.25. O monitoramento da experiência do usuário poderá ser realizado através de hardware ou software instalados em pontos da rede de acordo com interesse da CONTRATANTE, permitindo no mínimo a coleta de dados a partir de dois pontos que devem operar simultaneamente.”

26. A seguir, demonstra-se os equívocos na argumentação apresentada, de modo que são estabelecidos a correta compreensão do requisito acima colacionado, bem como o integral atendimento da solução da Recorrida.

III.I. DEPENDÊNCIA EXCLUSIVA DE TELEMETRIA DE EQUIPAMENTOS HUAWEI (SEM AGENTES INDEPENDENTES):

27. A Recorrente tenta induzir o entendimento de que o item 17.11.25 necessariamente exigiria a implementação de sondas de hardware independentes, agentes instaláveis em estações de trabalho, e ferramentas externas para medições ativas fora da infraestrutura do fabricante.

28. Contudo, o edital não determina que a solução deve obrigatoriamente utilizar sondas externas, nem exige arquitetura específica ou modelo único de obtenção dessas métricas.

29. O texto do TR estabelece “possibilitar a instalação de hardware ou software em pontos da rede definidos pela Administração”, o que inclui, mas não limita, o uso de recursos nativos da própria solução, desde que:

1. sejam instaláveis nos pontos necessários;
2. permitam aferir a experiência do usuário;
3. cumpram a finalidade do requisito.

30. Assim, a interpretação da recorrente é capciosa, ao tentar transformar uma exigência de resultado (medir experiência do usuário em pontos definidos) em uma exigência de meio (sondas independentes do fabricante), o que não se encontra no edital.

31. Conforme da documentação oficial da fornecedora da solução da Recorrida³, retira-se que “Switches can report data to iMaster NCE-CampusInsight for intelligent switch fault diagnosis and user experience analysis, thereby implementing intelligent O&M.”

32. Desta maneira a solução Huawei permite o monitoramento da experiência do usuário por meio da sua própria arquitetura, que pode ser instalada onde a Administração necessitar, e que ocorre por meio da coleta de dados dos equipamentos de rede, que fornecem a ferramenta iMaster NCE-Campus/CampusInsight as informações necessárias para a análise de experiência do usuário, atendendo integralmente ao disposto no Edital e Termo de Referência.

III.II. DEPENDÊNCIA EXCLUSIVA DE TELEMETRIA DE EQUIPAMENTOS HUAWEI (SEM AGENTES INDEPENDENTES):

33. A recorrente argumenta que a arquitetura Huawei utiliza telemetria nativa dos switches, APs e controladoras, e que isso seria insuficiente para atender o edital. Todavia:

1. O edital não exige sondas independentes, apenas a capacidade de medição nos pontos escolhidos;
2. A telemetria dos switches e APs já cumpre o papel de fornecer medições precisas da experiência do usuário, conforme descrito nos manuais do fabricante;

³ Disponível em <https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0230015413>

3. Os equipamentos Huawei podem ser instalados nos pontos estratégicos definidos pela Administração, atendendo exatamente ao texto do item 17.11.25.

34. A recorrente tenta apresentar a necessidade de sondas independentes como sendo uma exigência editalícia, quando, na verdade, trata-se de uma interpretação forçada para desqualificar a solução proposta.

III.III. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO BASEADA EM FLUXOS PASSIVOS (SEM SONDAS ATIVAS NOS TERMINAIS):

35. A recorrente afirma que o CampusInsight realiza medições “apenas passivas”, o que estaria em desacordo com o edital. Novamente, parte de uma interpretação restritiva e não prevista no TR.

36. O Termo de Referência não exige medições exclusivamente ativas, nem determina o uso de tráfego sintético ou agentes instalados em estações de trabalho. O edital exige medir a experiência do usuário, o que a solução Huawei executa:

- por meio da telemetria integrada;
- por meio da observação detalhada da jornada do cliente;
- com métricas de desempenho de rede diretamente associadas à experiência real do usuário.

37. Conforme pode ser verificado na documentação oficial⁴, “Huawei's intelligent O&M solution uses **Telemetry** technology to enable network devices to send O&M data (such as device performance indicators and terminal logs) to Huawei's intelligent network analysis platform iMaster NCE-CampusInsight”.

38. Portanto, a alegação de que apenas sondas ativas atenderiam o Edital o Termo de Referência é equivocada e desprovida de respaldo técnico ou normativo.

III.III. INFERÊNCIA DA EXPERIÊNCIA POR DISPOSITIVOS DE REDE, SEM COMPONENTES EM ESTAÇÕES OU LINKS CRÍTICOS E LIMITAÇÃO À FLEXIBILIDADE DE POSICIONAMENTO DE PONTOS DE MEDIÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO:

⁴ Disponível em <https://support.huawei.com/hedex/hdx.do?docid=EDOC1100331202&id=EN-US_TOPIC_0000001238746243>

39. A recorrente alega que a solução Huawei limitaria a capacidade da Administração de instalar pontos de medição onde desejar. Ocorre que:

1. os equipamentos da solução podem ser instalados nos pontos estratégicos definidos pela Administração;
2. o TR não determina que esses “pontos de medição” devam ser sondas independentes;
3. tampouco exige que a solução funcione fora da arquitetura contratada ou em redes legadas de terceiros.

40. A Recorrente tenta impor entendimento de que o TRT9 desejaria medições em locais onde não há rede Huawei, o que não está previsto no edital e tampouco seria razoável exigir de um sistema de gerenciamento integrado de rede LAN.

41. O TR trata de medições dentro da solução contratada, e não de sondas independentes para redes externas ou segmentos não contemplados no projeto. Trata-se, novamente, de tentativa de desvirtuar o requisito para criar a aparência de não conformidade.

IV. INTEGRAÇÃO NAC-NGFW DA SOLUÇÃO DA RECORRIDA QUE ATENDE INTEGRALMENTE ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA:

42. A Recorrente afirma que a solução Huawei iMaster NCE-Campus não atende ao item 17.13.8.1 do edital, que exige capacidade de integração do NAC com NGFW dos fabricantes Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto.

43. Contudo, a interpretação apresentada é equivocada e já foi objeto de diligência formal conduzida por esta nobre equipe julgadora, que acatou a explicação técnica sobre o atendimento ao requisito, veja-se a redação do Edital e Termo de Referência:

“17.13.8.1. Deve se integrar a solução de Next Generation Firewall (NGFW), provendo segmentação dinâmica de rede e compartilhamento de informações, para no mínimo os seguintes fabricantes:
17.13.8.1.1. Check Point;
17.13.8.1.2. Cisco;
17.13.8.1.3. Fortinet
17.13.8.1.4. Palo Alto;”

44. Conforme resposta firmada em diligência – e acatada pela equipe técnica do TRT, frisa-se -, restou esclarecido e comprovado que:

1. o iMaster NCE-Campus realiza integração com NGFW de forma agnóstica a fabricante;
2. utiliza protocolos AAA RADIUS e RADIUS Dynamic Authorization (CoA/DM);
3. e que essa forma de integração é padrão de mercado para interoperabilidade entre NAC e NGFW, compatível com Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto.

45. Assim, o entendimento técnico da Comissão foi de que a ausência de menção nominal a fabricantes específicos não implica ausência de compatibilidade, uma vez que o edital não exige conectores proprietários, mas sim integração funcional, a qual ocorre por meio de protocolos abertos amplamente suportados, entendimento este que é assertivo e não merece qualquer reforma.

46. Nos termos da Recorrente, supostamente *“Não se identifica no texto nenhuma referência a interfaces, protocolos ou módulos específicos para conversar com, por exemplo, o Check Point NGFW ou o Cisco Secure Firewall, etc.”*

47. Ocorre que o O item 17.13.8 não determina que o NAC possua conectores nativos, APIs dedicadas ou módulos específicos para cada fabricante listado. O que o TR exige é a capacidade de troca de informações entre NAC e NGFW com suporte a segmentação dinâmica e compatibilidade com os principais fabricantes do mercado.

48. Esses requisitos são atendidos por padrões amplamente adotados, como RADIUS, RADIUS Accounting e CoA/DM, protocolos que constituem justamente a base técnica de integração entre NAC e firewalls de múltiplos fabricantes, incluindo Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto.

49. A recorrente tenta impor a interpretação de que apenas integrações proprietárias ou módulos específicos para cada fabricante atenderiam ao TR. No entanto, o Termo de Referência não exige conectores dedicados para Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto, exige apenas que a solução NAC seja capaz de compartilhar informações de autenticação e contexto com esses firewalls e viabilizar segmentação dinâmica, o que é atendido por meio do uso de padrões abertos amplamente suportados pelos fabricantes mencionados.

50. A documentação oficial da Huawei explicita que qualquer dispositivo de rede que suporte RADIUS pode ser cadastrado como Admission Device, incluindo firewalls NGFW, que passam a receber do NAC atributos de autorização, grupos de segurança, VLANs e demais parâmetros necessários à aplicação das políticas dinâmicas previstas no edital.

51. A segmentação dinâmica e a troca contextual entre NAC e NGFW também são plenamente atendidas. O iMaster NCE-Campus utiliza Security Groups para classificar usuários e dispositivos, comunicando ao firewall, via RADIUS, o grupo ao qual cada usuário pertence. O NGFW então aplica automaticamente as políticas correspondentes, procedimento compatível com os mecanismos de identificação e associação presentes em firewalls de Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto. Esse modelo, além de atender ao TR, representa o padrão de mercado para interoperabilidade entre NAC e firewalls de múltiplos fabricantes.

52. Importante reforçar que a diligência já reconheceu a adequação da explicação e considerou satisfatória a demonstração de integração por meio de protocolos padrão. Em outras palavras, o entendimento técnico do próprio Tribunal foi no sentido de que a solução ofertada atende ao item 17.13.8.1, não havendo exigência editalícia que determine apresentação de telas ou menções nominais a cada fabricante listado.

53. Assim, a tentativa da recorrente de reabrir discussão sobre ponto já devidamente esclarecido carece de fundamento técnico e jurídico. A solução Huawei atende ao edital, integra-se aos NGFW especificados utilizando protocolos abertos amplamente suportados e fornece segmentação dinâmica e troca de informações conforme solicitado. Portanto, a alegação de não conformidade não merece prosperar.

IV. Pleno atendimento da Recorrida aos requisitos do Edital e Termo de Referência – Arguições da Recorrente pautadas em deturpações das cláusulas do Edital – Necessidade de manutenção da declaração de vencedora – Critério de economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa:

2. Conforme se vê, a COMPWIRE atendeu plena e satisfatoriamente todas as condições do Edital, sendo que a irresignação da Recorrente não passa de uma tentativa frustrada de deturpar as cláusulas previstas pelo instrumento convocatório, em vista de não ter conseguido apresentar o menor preço para a licitação.

3. Fato é que COMPWIRE atende integralmente a todas as exigências e especificações do Edital e Termo de Referência, de modo que deve ser mantida sua declaração de vencedora à luz do princípio da obtenção da proposta mais vantajosa

4. Frisa-se que a obtenção de maior vantajosidade se trata de um princípio no curso do processo de contratação, por meio da economicidade:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da **economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

5. O vantajosidade é ainda um dos objetivos buscados no processo licitatório, nos termos do art. 11, inc. I, da Lei nº 14.133/21:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

6. A necessidade da obtenção da maior vantajosidade possível no valor a ser dispendido pela Administração Pública em uma contratação é de extrema relevância, conforme pontua Marçal Justen Filho:

“Existe um dever de a Administração adotar a escolha mais vantajosa para a exploração dos recursos econômicos de sua titularidade. Como regra, a licitação visa a obter a solução contratual economicamente mais vantajosa para a Administração. [...]”

Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. **Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação inclusive porque isso lhe assegurará a possibilidade de satisfazer outras necessidades com os recursos remanescentes.**

O Estado dispõe de recursos limitados para custeio de suas atividades e realização de investimento. Portanto, a vantagem para o Estado se configura com a solução que assegure os maiores benefícios para a aplicação de seus recursos econômico-

financeiros. **O Estado tem o dever de realizar a melhor contratação sob o ponto de vista da economicidade. Isso significa que a contratação comporta avaliação como modalidade de relação custo-benefício.**

A economicidade é o resultado da comparação entre encargos assumidos pelo Estado e direitos a ele atribuídos, em virtude da contratação administrativa. Quanto mais desproporcional em favor do Estado o resultado dessa relação, tanto melhor atendido estará o princípio da economicidade. A economicidade exige que o Estado desembolse o mínimo e obtenha o máximo e o melhor. **Em princípio, a economicidade se retrata no menor preço pago pelo Estado ou no maior lance por ele recebido, conforme a natureza da contratação.**⁵

7. É incontestado, assim, a necessidade da manutenção da r. decisão que declarou a COMPWIRE vencedora do processo de contratação em exame, ante o integral atendimento de sua proposta às exigências e especificações do Edital e Termo de Referência.

8. Ademais disso, as alegações do Recurso Administrativo deturpam as cláusulas do Edital, restringem sua interpretação e, portanto, violam o princípio julgamento objetivo, ao suscitar o não atendimento do Edital pela Recorrida quando todas as funcionalidades exigidas foram comprovadas.

IV. Requerimentos:

54. Ante todo o exposto, respeitosamente e ante a fundamentação supra, requer-se seja negado provimento ao Recurso Administrativo movido pela L8 GROUP S.A, com a manutenção da declaração de habilitação e vencedora da licitante COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA, e consequente adjudicação e homologação do objeto em seu favor.

Nesses termos,
Pede-se deferimento.
Curitiba/PR, 03 de dezembro de 2025.

Compwire Informática Ltda.

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021.** São Paulo: Thomson Reuterus Brasil, 2021., p. 144.